a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 91 e 92 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Convênio nº 023/2011, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB e o Movimento de Promoção da Mulher, como apoio financeiro em forma de subvenção social, objetivando a promoção da educação com o escopo de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor da Sra. Maria Luíza Barroso Magno, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-42.320,00 (quarenta e dois mil, trezentos e vinte reais).

ACÓRDÃO Nº 28.615, DE 25/02/2016

Processo nº 201107503-00

Origem: Associação Comunitária do Bairro do Guamá

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 015/2011

Responsável: José Augusto Pontes Moraes

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 015/2011. Associação Comunitária do Bairro do Guamá. Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 316 e 317 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Convênio nº 015/2011, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB e a Associação Comunitária do Bairro do Guamá, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor do Sr. José Augusto Pontes Moraes, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-77.040,00 (setenta e sete mil e quarenta reais).

ACÓRDÃO Nº 28.616, DE 25/02/2016

Processo nº 201204209-00

Origem: Centro Educacional Cultural São Jerônimo

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 038/2012

Responsável: Maria Celeste Simões

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 038/2012. Centro Educacional Cultural São Jerônimo. Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 102 e 103 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Convênio nº 038/2012, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB e o Centro Educacional Cultural São Jerônimo, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor da Sra. Maria Celeste Simões, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-29.580,00 (vinte e nove mil, quinhentos e oitenta reais).

ACÓRDÃO Nº 28.617, DE 25/02/2016

Processo nº 201204819-00

Origem: Fundação Criança Feliz

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 003/2012

Responsável: Nilda Maria Paula Nunes

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 003/2012. Fundação Criança Feliz. Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 68 e 69 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Convênio nº 003/2012, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB e a Fundação Criança Feliz, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor da Sra. Nilda Maria Paula Nunes, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-31.980,00 (trinta e um mil, novecentos e oitenta reais).

ACÓRDÃO Nº 28.618, DE 25/02/2016

Processo nº 201204986-00

Origem: Centro Comunitário Alameda das Palmeiras

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 005/2012

Responsável: Manoel Gonçalves Filgueira

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 005/2012. Centro Comunitário Alameda das Palmeiras. Pela aprovação

das contas e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 117 e 118 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Convênio nº 005/2012, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB e o Centro Comunitário Alameda das Palmeiras, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor do Sr. Manoel Gonçalves Filgueira, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).

ACÓRDÃO Nº 28.619, DE 25/02/2016

Processo nº 201214510-00

Origem: Centro Espírita André Luiz

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 064/2012

Responsável: André Luiz Castro

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 064/2012. Centro Espírita André Luiz. Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 48 e 49 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Convênio nº 064/2012, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB e o Centro Espírita André Luiz, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor do Sr. André Luiz Castro, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-17.460,00 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta reais).

ACÓRDÃO Nº 28.620, DE 25/02/2016

Processo nº 201214551-00

Origem: Centro Comunitário A União Faz a Força

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 058/2012

Responsável: João Vieira Cavalcante

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 058/2012. Centro Comunitário A União Faz a Força. Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 63 e 64 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Convênio nº 058/2012, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB e o Centro Comunitário A União Faz a Força, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor do Sr. João Vieira Cavalcante, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais).

ACÓRDÃO Nº 28.728, DE 10/03/2016

Processo nº 201419813-00

Classe: Aposentadoria

Procedência: Instituto de Previdência do Município de Paragominas

Interessado: Arlindo Conceição Santos

Instrução: DCAP

Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: APOSENTADORIA. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ARTIGO 40, §1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 41/2003. DIREITO A PROVENTOS PROPORCIONAIS. REGISTRO DEFERIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do registro da Portaria nº. 38/2014, de 10.11.2014 (fl. 32), exarada pelo presidente do Instituto de Previdência do Município de Paragominas, que concede aposentadoria compulsória, com fulcro no Artigo 40, § 1º, Inciso II, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº. 41/2003, ao servidor Arlindo Conceição Santos, no cargo de "Auxiliar Operacional de Segurança Patrimonial", com provento proporcional ao tempo de contribuição no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do

Estado do Pará, por votação unânime.

De c i s ã o : Deferir o registro do ato, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 47/48, que passa a integrar esta decisão.

ACÓRDÃO Nº 28.829, DE 29/03/2016

Processo nº 201419751-00

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR

Assunto: Aposentadoria

Interessada: Tereza de Jesus Rodrigues de Oliveira

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: PORTARIA Nº 737/2014. Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR. Aposentadoria. Art. 6º, da EC nº 41/2003. Pelo registro do ato.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 75 e 76 dos autos.

Decisão: Registrar a PORTARIA Nº 737/2014 (fls. 62), de 22 de setembro de 2014, do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR, que aposenta voluntariamente por tempo de contribuição e idade, com percepção de proventos integrais, Tereza de Jesus Rodrigues de Oliveira, no cargo de Professora N.II, nos termos do Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com proventos mensais, no valor de R\$-8.408,09 (oito mil, quatrocentos e oito reais e nove centavos), com a devida ressalva de que o valor total dos proventos encontram-se corretos porém, o percentual de 42% na verdade corresponde a R\$-2.076,04, e não aos R\$-1.903,03 dispostos no Ato.

ACÓRDÃO Nº 28.897, DE 12/04/2016

Processo nº 201508663-00 (04 volumes)

Origem: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia

Assunto: Recurso Ordinário interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do ACÓRDÃO Nº 26.236/2015/TCM, referente a nomeação de pessoal

Interessado: Valter Rodrigues Peixoto - (Prefeito)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Recurso Ordinário, referente a nomeação de pessoal. Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia. Exercício de 2012. Pelo conhecimento e provimento do recurso, devendo ser alterado o item II, da decisão recorrida, no sentido de registrar os Decretos nºs 0270 e 0351/12.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 37 e 38 dos autos.

Decisão: Conhecer do presente Recurso Ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento, alterando o item II, do ACÓRDÃO Nº 26.236/TCM, de 12/02/2015, determinando o registro dos Decretos nº 0270 e 0351/12, que nomearam aprovados no Concurso Público nº 001/2009, da Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia.

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO
*HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA
APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR
EM PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO
(ART. 144, III, §1º E §2º, C/C ART. 145, II E III,
PARÁGRAFO ÚNICO, DO RITCM-PA)**

PROCESSO Nº 201604149-00

CLASSE: Representação com Pedido Cautelar

PROCEDÊNCIA: Ministério Público do Estado do Pará

DENUNCIADOS: João Salame Neto e outros

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Promotor de Justiça, Dr. Júlio Cesar Sousa Costa, encaminha REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO CAUTELAR (fls. 01/05) em desfavor da atual Administração do Município de Marabá, representada pelo Prefeito, Sr. João Salame Neto, além de outros órgãos municipais, em decorrência do não recolhimento das contribuições previdenciárias dos segurados e de órgãos municipais, no período de junho de 2015 a março de 2016, ao Instituto de Previdência do Município de Marabá - IPASEMAR. O Ministério Público do Estado, em Marabá, através da 11ª Promotoria de Justiça, instaurou o Inquérito Civil nº 000360-940/2015 (cópia anexa), onde conclui pela existência do débito previdenciário dos órgãos citados junto ao IPASEMAR, a configurar infringência à Lei 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis nos casos de improbidade administrativa, o que fundou a interposição de ação civil pública.

Segundo o Promotor de Justiça, foi apurado, por meio de documentação acostada ao Inquérito Civil, o não recolhimento de contribuições previdenciárias dos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como as retidas dos segurados, na ordem de R\$ 31.520.586,54 (trinta e um milhão, quinhentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), no período de junho/2015 até 17.03.2016, a seguir discriminada: